

Plínio Brasil Milano, “o activo delegado do quarto districto”:
uma história sobre trajetórias e memórias da Polícia Civil do Rio Grande do Sul



Plínio Brasil Milano, “the active delegate of the 4th District”: *a history about trajectories and memories of the Civil Police of Rio Grande do Sul*

LOYOLA, Érico Teixeira de*

 <https://orcid.org/0000-0002-4091-5470>

RESUMO: Este artigo, partindo dos conceitos de “projeto e campos de possibilidades” (Velho, 2013) e de “memória social” (Pollak, 1992), discorre sobre a trajetória do Delegado Plínio Brasil Milano nos anos de 1936 e 1937, quando chefe da delegacia do 4º Distrito de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e debate as narrativas e memórias constituídas em torno de si a partir de obras institucionais, de “clippings” jornalísticos e do mensário “Vida Policial” (1938-1946). Nomeado “Patrono da Polícia Civil” (1983), seus feitos foram, desde o início da carreira, celebrados por periódicos da capital gaúcha. Teria contribuído para isso a valorização de suas habilidades técnicas, sua proximidade com setores da imprensa e sua atuação em circunscrições estratégicas. O exame de sua trajetória e da memória constituída a seu respeito permite analisar a atuação policial em um período politicamente sensível, e auxilia no entendimento acerca da institucionalização da Polícia Civil local.

ABSTRACT: This article, mobilizing the concepts of “project and fields of possibilities” (Velho, 2013), and “social memory” (Pollak, 1992), presents and debates the trajectory of Chief Police Officer Plínio Brasil Milano in 1936 and 1937, when head of the unit of the 4th District of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul (Brazil), and the narratives and memories elaborated on him. For this purpose, institutional books, clippings of journalistic reports and the monthly magazine “Vida Policial” (1938-1946) were analysed. Appointed “Patron of the Civil Police” (1983), his achievements were, from the beginning of his career, celebrated in local newspapers. His technical skills, his proximity to the press and his work in strategic districts would have contributed to this. Examining the trajectory of this agent, and the memory subsequently developed on him, allows the understanding of the intricacies regarding police action in a politically sensitive period, as well as of the institutionalization on this police branch.

PALAVRAS-CHAVE: História social do crime, da polícia e da justiça criminal; Memórias; Narrativas.

KEYWORDS: Social history of crime, policing and criminal justice; Memory; Narratives.

* Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), em Porto Alegre/RS. É funcionário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) e foi coordenador do GT de História do Crime e da Justiça Criminal da ANPUH/RS (2022-2024). E-mail: ericoloyola@gmail.com.



Considerações Iniciais

Uma vez aberta a porta de metal, o pesquisador que, em meados de 2021, adentrasse na edificação de um pavimento da Rua Professor Freitas de Castro, em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, depararia, quase que imediatamente, com uma ampla mesa de madeira, de tons escuros. Junto a esta relíquia, provavelmente fabricada há várias décadas, uma cadeira acolchoada, com tecido da cor vermelha, e um armário contendo livros de Criminologia conformam a cena de um pequeno e austero gabinete.

Intrigado com aquelas peças, transmissoras de certa autoridade antiga, o pesquisador, contrariando o roteiro proposto aos visitantes do novo Museu da Polícia Civil¹, dirigiria seu olhar para a parede do lado esquerdo. Sobre ela, notaria a transcrição de trechos do discurso de posse da Delegada Nadine Anflor ao posto de Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, em 2019². Em seguida, este mesmo pesquisador, confrontado pelos ares contemporâneos do discurso proferido pela primeira mulher a comandar a instituição e pelo aparente anacronismo dos móveis, olharia para a parede do lado oposto. Nela, em um amplo quadro coberto por matérias jornalísticas, finalmente perceberia que se trata do espaço destinado à celebração da figura do “Patrono da Polícia Civil”³, o Delegado Plínio Brasil Milano (1908-1944)⁴.

¹ Oficialmente conhecido como Museu “Dr. José Faibes Lubianca”, em homenagem a um dos primeiros catedráticos responsáveis por integrar o Gabinete de Identificação da Repartição de Polícia. O museu foi fundado na década de 1930. Em 2020, em uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deixou a antiga sede da Academia da Polícia Civil (ACADEPOL) e passou a ocupar o atual espaço, situado nas proximidades do Palácio da Polícia.

² Nadine ingressou na instituição no cargo de delegada em 2004 e teve passagens por unidades policiais de Santo Antônio da Patrulha e região metropolitana, inclusive junto à Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM). Além disso, no ano de conclusão deste artigo (2024), ocupava o cargo de deputada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, cargo ao qual viera a ser eleita em 2022, pelo PSDB (Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas; Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul). Texto disponível em: Delegada Nadine Farias Anflor, Chefe da Polícia do RS, recebe Medalha Águas do Abaúna do Poder Legislativo. Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas, 2022.

³ A Constituição Estadual de 1947 acresceu o qualificativo “Civil” à instituição responsável pela investigação criminal – surgindo, assim, a “Polícia Civil”, antes conhecida apenas como “Polícia”. Segundo o artigo 233 da norma estadual, o serviço de policiamento passaria a ser organizado e dirigido pelo Estado em todo o seu território. A constituição estadual anterior, de 1935, também previa a existência de instâncias policiais, e colocava nas mãos do poder executivo o papel de organizar e dirigir o policiamento em todo o seu território, “mediante contribuição dos Municípios”. Este cenário de maior descentralização tornava mais tênues suas

Última etapa do percurso sugerido aos visitantes, as imagens do delegado, ainda jovem, reverberam sua atuação nos anos 1930 e 1940, em Porto Alegre. Embora nunca tenha ocupado o cargo diretivo máximo da instituição, sua carreira meteórica parece ter sido marcada por pronto reconhecimento ainda em vida. Para isso, parecem ter contribuído tanto a sua atuação profissional, como também suas relações pessoais; em particular, talvez, a partir de seu casamento com Lúcia Alcaraz Caldas, filha de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, fundador do jornal *Correio do Povo* (criado em 1895 e existente até a atualidade), de Porto Alegre, e de Dolores Alcaraz Caldas, essa última pertencente a uma família de industriais – vínculos esses que serão melhor abordados nas próximas páginas.

Evocativos de tal reconhecimento são os recortes de diversos periódicos, sob guarda do museu, referentes aos anos 1936 e 1937, que compõem parte das fontes examinadas neste trabalho. São reportagens pinçadas de diversos jornais que circulavam em Porto Alegre durante referido período e que se encontram coladas a um grande livro com folhas em branco, com aparência antiga, e cujas as histórias, por vezes, consegui complementar com dados retirados da coleção disponível para consulta junto à Hemeroteca Digital. Até o momento não se sabe exatamente a data em que estes documentos teriam sido compilados; porém, a considerar o enfoque dado pelas matérias jornalísticas e o período relativamente curto de tempo demarcado, imagina-se que tal trabalho tenha sido realizado por funcionários próximos a Plínio um pouco depois, ou mesmo contemporaneamente, a sua passagem pela Delegacia do 4º Distrito de Porto Alegre – inclusive, como se verá ao longo deste artigo, em momentos de comoção social, como nas enchentes de 1937 nos bairros São João e Navegantes.

Outra parte igualmente importante da documentação que enseja esta pesquisa corresponde ao mensário *Vida Policial*, cuja coleção completa se encontra sob guarda do Museu. Publicado entre 1938 e 1946, suas páginas, com ares de autopromoção, ressaltavam as atividades da polícia em todo o Estado, repercutindo os esforços modernizadores da instituição e sua vinculação ao perfil político do Estado Novo (Benevenuto, 2016). Tratava-se de um periódico que se colocava abertamente favorável às políticas varguistas, cuja

fronteiras com outras forças de segurança, como a Brigada Militar e a Guarda Civil, essa última com atuação em Porto Alegre.

⁴ Plínio nasceu em Alegrete/RS, uma cidade localizada na campanha gaúcha, no dia 7 de outubro. O seu falecimento deu-se quando havia recém completado 36 anos de idade, em 22 de outubro de 1944, em Montevidéu, por causas até o momento não muito bem explicadas.

existência termina justamente quando, enfim, sopram “novos” ares políticos (Benevenuto, 2016, p. 460). Além disso, era destinado ao público interno e externo, com a possibilidade de assinatura por preços variáveis de acordo com o local de residência do leitor (inclusive se estrangeiro). No que diz respeito ao nosso personagem, as páginas da Revista contavam com inúmeras reportagens sobre Plínio, indicando-o como fundador. Além disso, sua pessoa e seus feitos eram constantemente elogiados – ao menos uma vez, inclusive, em função de seu aniversário (*Vida Policial*, 1940, p. 35). Trata-se de um conjunto documental bastante interessante, que, embora não permita identificar vozes dissonantes ou críticas à polícia gaúcha ou a Plínio, permite-nos compreender como teria se dado a luta da instituição por reconhecimento frente a outros setores do Estado.

Cabe mencionar, ainda, que os “louvores” a Plínio foram renovados em várias oportunidades após a sua morte. O título de “Patrono” da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul” foi concedido em 1983, e o projeto de lei que ensejou tal outorga, cuja cópia integral foi obtida junto à *Assembleia Legislativa* do Rio Grande do Sul, é também utilizado como fonte de análise, na medida em que permite refletir sobre os possíveis processos de resignificação em torno deste personagem e de seus feitos. Tais lembranças já haviam ocorrido no passado, mas, pelo menos por ora, não temos dados suficientes para analisá-las, pois nada há no *Museu da Polícia* a seu respeito. Sabemos, por exemplo, que, em 1950, o seu nome viria a ser atribuído a uma importante avenida da capital sul-rio-grandense, responsável por conectar a Avenida Assis Brasil, na Zona Norte, à Rua 24 de Outubro, no Bairro Moinhos de Vento.⁵ Assim, no mapa urbano da cidade, o seu nome batizaria uma via responsável por justamente reunir a porção central da cidade, representada pela Rua 24 de Outubro,⁶ aos bairros operários da cidade.

Não sabemos a razão para tal homenagem. De todo modo, trata-se de algo bastante representativo para um indivíduo que, quando delegado, também cumulara o cargo de subprefeito do 4º Distrito. Esta história, e talvez tantas outras, poderão ser melhor aprofundadas a partir de documentos de imprensa e/ou outros dados que vierem a ser colhidos ao longo deste esforço de pesquisa. Por ora, o que se tem, efetivamente, é a possibilidade de melhor compreender alguns dos critérios mobilizados pela própria

⁵ Por intermédio, respectivamente, da Lei Estadual nº 7.829/1983 e pela Lei Municipal nº 486/1950.

⁶ A qual, por sua vez, faz menção ao levante de 1930, que levaria Getúlio Vargas à Presidência da República.

instituição policial para estabelecer referenciais a respeito de si mesma ao longo de seus esforços de institucionalização.

Nesse sentido, a força da presença do delegado, constituída em vida e projetada postumamente, autoriza-nos a refletir sobre a própria carreira policial e a atuação deste agente em um período e em uma região politicamente sensíveis, marcados por profundas transformações econômicas, pressões políticas das mais diversas e pela sombra, cada vez mais presente, da II Guerra Mundial (1939-1945). Nesse contexto, o presente artigo, com base nas referidas fontes de imprensa e nas celebrações em torno de sua figura, em especial a partir de sua condição de patrono, pretende apresentar e debater a trajetória profissional do Delegado Plínio Brasil Milano nos anos de 1936 e 1937 junto à Delegacia do 4º Distrito, e as narrativas e memórias constituídas em torno de si, tanto de forma contemporânea à sua atividade quanto após a sua morte.

Partindo dos esforços teóricos desenvolvidos por Gilberto Velho em torno dos conceitos de “projeto e campos de possibilidades” e aplicando-os ao nosso personagem, entende-se que o êxito da carreira de Plínio não poderia ser compreendido como fruto de um “destino manifesto”, mas resultante da interação entre projetos pessoais e coletivos e de uma ‘dimensão sociocultural’”. Assim, evita-se “um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido”, ao mesmo tempo em que se conclui pela possibilidade de “análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 2013, p. 32).

Consequentemente, pretende-se expor como o sucesso de sua atuação, para além dos seus méritos pessoais, também era dependente de fatores outros, potencialmente associados à sua boa interlocução com o mundo da política e com diversos órgãos de imprensa. Não era, além do mais, um fato dado, mas fruto de diversas circunstâncias que se apresentavam como positivas para sua progressão na carreira. Nesse sentido, também não se pode perder de vista o conhecimento prático adquirido na atividade policial no 4º Distrito e as redes constituídas a partir do casamento com Lúcia Caldas.

Para além dos aportes relativos a estudos de trajetória, tomam-se os conceitos de “memória social” e de “trabalho de enquadramento da memória”, desenvolvidos por Michael Pollak (1989; 1992), para refletir sobre os imaginários constituídos em torno da figura do delegado após a sua morte. É que a imagem positiva de Plínio é constituída tanto

durante o próprio exercício de sua atividade, inclusive em esforços de autopromoção por meio do periódico *Vida Policial* a partir de agosto de 1938, como postumamente.

O sociólogo Michael Pollak, ao tratar da memória, explica que, gradativamente, são constituídas narrativas que reforçam determinados aspectos em detrimento de outros. Esta atividade, ante seu caráter conflitivo, demonstraria que a memória é, antes de mais nada, um fenômeno construído socialmente, e que resulta de investimentos realizados por instituições e sujeitos visando à consagração – ou ao esquecimento – de determinadas narrativas (Pollak, 1992). Esse processo, no caso do nosso personagem, parece ter servido à sua consagração, orientando o olhar para aspectos positivos de sua trajetória e que potencialmente também poderiam servir como referencial à própria instituição. Ao longo desta trilha, claro, aspectos não tão lisonjeiros talvez tenham sido esmaecidos para o fim de favorecer a sua biografia, o que não nos impedirá, porém, de questioná-los, quando possível.

Com estas premissas, prosseguiremos a nossa visita ao *Museu da Polícia*. Saindo do gabinete do Dr. Plínio, passaremos às folhas de periódicos dos anos 1936 e 1937, a fim de acompanhar sua trajetória de início de carreira e a construção de sua imagem até a sua realocação na *Delegacia de Ordem Política e Social* (DOPS), em 1938. Posteriormente, a partir de fontes jornalísticas e de obras institucionais mais recentes, retomaremos alguns momentos em que a memória de seus feitos foi mobilizada e os marcos narrativos utilizados para seu enquadramento.

O incansável delegado do Quarto Distrito: um ensaio para a política e para a polícia

“Campanha meritória é a que realiza o delegado do 4º Distrito. Dessa forma, o Jornal *Correio do Povo* elogiava, em 1936, as ações enérgicas do recém-empossado delegado Plínio Brasil Milano junto àquela unidade policial. Esse, “desenvolvendo intensa atividade”, teria logrado obter o “controle de todos os mercadinhos, bares, restaurantes, botequins, cafés e casas de jogos, onde se reúnem elementos de atividade suspeita, desempregados, malandros, vagabundos e larápios” (Campanha..., 1936).⁷ E assim se seguiram, naqueles anos de 1936 e 1937, sucessivas matérias anunciando os feitos do delegado e de sua equipe, responsável pela prisão de inúmeros “larápios” e “gatunos”. O próprio plantão da delegacia

⁷ Pedindo desculpas de antemão aos leitores, destaco que algumas referências se encontram incompletas na medida em que as matérias colacionadas aos “clippings” disponíveis no Museu da Polícia Civil nem sempre continham todas as informações exigidas pela ABNT.

era, por vezes, divulgado pelos periódicos locais, a reverberar uma operosidade elogiável por parte dos *sherlocks*⁸ orientados por Plínio (O Plantão..., 1936; Indesejáveis..., 1936).

Porto Alegre, “eterna vítima das enchentes”. A repetir outras tantas manchetes semelhantes sobre os bairros São João e Navegantes, sujeitos às cheias dos rios Guaíba⁹ e Gravataí, o periódico o *Estado do Rio Grande do Sul* (1928-1937) repercutia a situação calamitosa verificada naquele setembro de 1937. Quadro recorrente, que, conforme as páginas do periódico, viria a demandar, assim como “no ano passado”, a ação do “incansável” delegado e subprefeito daquela região distrital (Porto Alegre..., 1937).

Localizado na porção norte da Capital, o 4º Distrito tem o seu desenvolvimento atrelado às colônias alemãs de São Leopoldo e Novo Hamburgo, com perfil industrial e ampla atração de mão-de-obra, tanto estrangeira quanto nacional, assim conformando um “bairro operário multi-étnico e multi-cultural: o “Navegantes-São João” (Fortes, 2001, p. 09). Considerada uma “cidade dentro da cidade”, essa ampla área era o caldeirão em que foram gestadas diversas organizações trabalhadoras, como sindicatos e associações, responsáveis por articular algumas greves na década de 1930. Essa efervescência, todavia, sofreria um duro baque a partir de 1935, quando, em reação a uma greve de metalúrgicos, o governo desmantelaria o movimento e interviria, por cerca de dez anos, sobre os sindicatos, instalando “diretorias fantoches” (Fortes, 2001, p. 508).

É nesse ambiente conflagrado, sujeito a enchentes e marcado por movimentos sociais, que tem início a trajetória de Plínio Brasil Milano no serviço policial. Um posto, portanto, estratégico, a demandar uma atenção tanto a crimes comuns, como também para aquelas transgressões ditas políticas, temas esses que adquiriram particular importância a partir da Lei de Segurança Nacional, de 1935, e do golpe de novembro de 1937. Não à toa, o período compreendido entre 1935 e 1937, justamente o que marca o ingresso de Plínio, é considerado um dos mais repressivos da Era Vargas, moldado pela incessante ação do Delegado Filinto Müller no Rio de Janeiro (Mourelle, 2021; Rose, 2017; Cancelli, 1991), algo semelhante ao que teria ocorrido no Rio Grande do Sul durante o governo de José Flores da Cunha (Konrad, 2012).

⁸ O termo “sherlock”, como os leitores ou as leitoras devem ter percebido, trata-se de uma referência ao detetive Sherlock Holmes, marcante personagem literário criado pelo escritor inglês Arthur Conan Doyle (1859-1930). O termo aparentemente possui carga elogiosa, indicativa da capacidade técnica de Plínio e de seus companheiros para a investigação criminal – a ponto de ser equipada àquela desenvolvida pelo fictício Holmes.

⁹ Hoje considerado, oficialmente, um lago.

Com efeito, R.S. Rose, em sua biografia sobre Filinto (2017), indica que esse teria sido alçado à chefia de polícia do Distrito Federal – à época, a Cidade do Rio de Janeiro – em 1933, com apenas 32 anos. Conforme o autor americano, o conhecido delegado mato-grossense teria, imediatamente antes, ocupado a direção da *Delegacia Especial de Segurança Política e Social* (DESPS), tendo essa como uma de suas funções principais vigiar os trabalhadores, os sindicatos e “agitadores” (Rose, 2017, p. 95). Durante o tempo em que ocupou essa posição, ele teria sempre procurado manifestar lealdade a Vargas, atuando tanto no monitoramento de grupos que considerava sob influência comunista, como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), como no combate à criminalidade cotidiana, tal como a prática do jogo do bicho (Rose, 2017, p. 99-112).

Já quanto a Plínio, não temos maiores detalhes sobre suas opiniões políticas. Porém, a considerar a linha editorial do mensário do qual teria sido fundador, é possível crer que também defendesse a existência de um Estado forte e procurasse associar a sua imagem a Vargas. A primeira edição do jornal já contava com um extenso editorial, que se referia a “novembro de 37 como o marco inicial da obra grandiosa e bela que se processa em todo o País”, obra essa à qual as instituições policiais deveriam aderir (Vida Policial, 1938a, p. 3). Essa “obra”, ao que tudo indica, também envolvia a repressão tenaz a grupos considerados de esquerda; afinal, o periódico, já em sua segunda edição, rejubilava-se pela prisão de uma anarquista peruana e de seu “copioso material de propaganda vermelha”, operação essa que teria resultado posteriormente na prisão “de vários extremistas aqui domiciliados” (A Prisão..., 1938b, p. 20).

Portanto, dentro das estruturas estatais, a polícia parecia surgir como uma área de extrema importância para a manutenção da ordem social e política, seja no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul. Ante este quadro, que parecia indicar a abertura de novas oportunidades para jovens cujas ideias estivessem afinadas àquelas advogadas pelas lideranças do Estado Novo, é interessante refletir sobre quais projetos pessoais e quais campos de possibilidades poderia Plínio prospectar naquele momento. Aqui se trata de um exercício ainda inicial, que poderá ser complementado por outras fontes e novas descobertas, na medida em que inexistentes outros trabalhos, para além do campo institucional, que tenham se debruçado, especificamente, sobre sua pessoa. Seja como for, sabe-se que sua primeira função no serviço policial ocorria, justamente, em uma das potencialmente mais conturbadas delegacias de Porto Alegre e pouco depois de um grande

movimento grevista. Uma atividade de risco para o jovem bacharel em Direito, o qual, saindo do ensino universitário em 1932, na condição de egresso da então maior turma de formados da Faculdade de Direito (Collação..., 1932), havia aparentemente tido apenas alguma experiência na advocacia (Profissionais..., 1935).

É possível crer que seu ingresso em tal espécie de atividade tenha decorrido do desejo de iniciar carreira no serviço público para, a partir de então, talvez, alcançar cargos mais altos, ou mesmo cacifar-se politicamente. Isto é, não se pode falar, peremptoriamente, que Plínio tivesse, desde sempre, interesse em ingressar na atividade policial. Diz-se isso, também, porque não dispomos de maiores detalhes sobre suas preferências na Faculdade de Direito. De todo modo, considerando que se tratava de um bacharel recém-formado, mostra-se mais plausível que objetivasse, naquele momento, um cargo que lhe angariasse visibilidade. Nesse sentido, Günter Axt, comentando sobre concurso público realizado no ano de 1937 para o preenchimento de cargos de Delegado de Polícia, menciona, justamente, que o certame teria mobilizado diversos alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre, pois representava a possibilidade “de se iniciar nas carreiras jurídicas” (Axt, 2024, p. 97).

Sobre essa primeira impressão, aliás, poderiam também se agregar os possíveis interesses e redes constituídas pelos familiares de sua esposa, Lúcia Caldas Milano. Essa era, cabe lembrar, filha de Dolores Alcaraz Caldas, a qual assumiria a propriedade do jornal *Correio do Povo* após o falecimento de seu marido e viria posteriormente a transferi-la para o seu filho Breno Caldas – irmão de Lúcia (Caldas, 1987). A família estendida de Plínio, na figura de Mario Alcaraz, era também proprietária do Estaleiro Alcaraz (Alcaraz e Cia.), empresa localizada justamente no 4º Distrito, região fabril que se expandia a partir do centro de Porto Alegre em direção aos bairros Navegantes e São João. Mario, conforme expõe Diorge Konrad (2012), teria sido um dos líderes do setor patronal contra a já referida greve de metalúrgicos ocorrida em 1935, organizando uma comissão que contaria com o apoio da interventoria do Estado e da polícia para promover a desmobilização dos paredistas (Konrad, 2012, p. 317-318).

O nosso personagem poderia, por conta de tais laços familiares, portanto, ter se encaminhado para o ramo empresarial. No entanto, a rota que ao fim será percorrida leva-o, em um momento posterior, a atuar no âmbito da polícia; mais especificamente, junto à *Delegacia da Ordem Política e Social* (DOPS). Envolve-se ainda, diretamente, em uma série de iniciativas destinadas tanto à melhoria das práticas policiais, como de introdução de

novas técnicas de contraespionagem – e, muito provavelmente, de espionagem, mediante o desenvolvimento de técnicas de inteligência policial. Quais circunstâncias o teriam levado a optar pelo serviço policial, e, em particular, para a investigação de grupos potencialmente sediciosos, é uma questão possível de ser levantada. Afinal, seu envolvimento em treinamentos e intercâmbios informacionais, inclusive junto à polícia paulista – a qual desde 1930 vinha passando por expansão e intensas modificações em seu ramo investigativo relacionado à ordem política e social (Florindo, 2011) – e ao *Federal Bureau of Investigation* (FBI)¹⁰, será constantemente reiterado pela memória institucional posteriormente constituída a seu respeito.

Aliás, em São Paulo, os temas relacionados à política eram objeto de investigação pela *Delegacia de Ordem Política e Social* (DEOPS).¹¹ Criada em 1924, ainda sob o governo de Washington Luiz, este órgão teria atuado “na guerra suja travada no ‘interesse da segurança nacional’ contra os partidos e militantes da revolução social e demais grupamentos considerados perigosos à ordem burguesa” (Florindo, 2011, p. 125). Até o momento, não sabemos exatamente qual teria sido o propósito desta viagem. Porém, a considerar o período político brasileiro, marcado por disputas entre campos ideológicos opostos, é possível crer que a visita de Plínio, e talvez também aquela havida junto ao FBI, tenha se destinado a prover treinamentos e/ou a estreitar a cooperação entre instituições policiais, potencialmente com enfoque na vigilância sobre grupos considerados sediciosos, o que ocorria entre diversas instâncias policiais do país – ou, no caso da instituição americana, inclusive para aprimorar o combate a grupos nazistas que operavam na região sul do país¹².

Entretanto, é interessante observar que o destaque dado pela imprensa à atuação do delegado, enquanto chefe do 4º Distrito, estava centrada mais na sua operosidade enquanto investigador do que propriamente na vigilância sobre grupos políticos. Pelo menos, é isso que transparece das matérias compiladas junto ao Museu da Polícia. Esta outra face, de caráter mais político, ao que parece, é reservada para uma etapa posterior, quando o delegado se torna diretor da DOPS. Com efeito, não há, a partir da documentação disponível

¹⁰ O FBI é o órgão policial americano responsável pela instigação de delitos na esfera federal, e era objeto de admiração pelos editores do *Vida Policial*. Tal órgão policial era descrito, pelo mensário, como sendo composto por “perseguidores silenciosos e implacáveis, que agem à sombra da força moral incorruptível dos júris federais” (A Polícia..., 1938a, p. 4).

¹¹ Assemelhava-se, pois, ao Departamento Especial de Segurança Política e Social (DESPS), com atuação no Rio de Janeiro, e a outros departamentos e/ou unidades policiais espalhadas pelo país.

¹² Tema que será aprofundado ao longo deste trabalho.

junto ao Museu da Polícia, meios para compreender a real dimensão das atividades de Plínio no contexto da repressão aos movimentos de esquerda do 4º Distrito, em Porto Alegre, nos anos de 1936 e 1937 – embora isso possivelmente se fizesse presente. Isto é, mesmo que os noticiosos jornalísticos reportassem com frequência a ação de grupos “comunistas”, o que ressalta, em relação ao delegado, é sua imagem de funcionário diligente, bom administrador e promotor de inovações técnicas, como a radiopatrulha. As suas qualidades, assim, não estariam tão atreladas ao medo que importaria aos potenciais adversários do Estado Novo – como parece ter sido o caso de Filinto Müller em sua luta, por exemplo, contra a ANL (Rose, 2017, p. 112) –, mas em suas habilidades técnicas e interpessoais – e isso, repita-se, malgrado atuasse em uma região politicamente conflagrada.

Exemplificativa deste quadro positivo, pintado a partir das qualidades pessoais do Delegado, é uma reportagem publicada em 22 de outubro de 1936 pela *Folha da Tarde*, outro jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior e que funcionou entre 1936 e 1984. A matéria trata de *Pintado I*, descrito como um dos mais organizados criminosos da Capital, um indivíduo que, “para muita gente e, principalmente, para o repórter de polícia”, exerceria mais “atractivo do que o de Paul Muni, fazendo Scarface, do que Allan Baxter fazendo ‘A Fugitiva’” (Estou regenerado..., 1936). Após essa apresentação, o repórter responsável pela matéria passa a fazer um breve relato sobre a folha corrida de “Pintado”, iniciada em São Borja, e sobre sua “ascensão e queda”, quando traído por comparsas em Porto Alegre. Então, a título de epílogo, arremata:

Desde então, a vida de ‘Pintado’ tem sido, como elle mesmo diz, um verdadeiro rosário de infortúnios. Nunca mais pode reorganizar a sua quadrilha. Ficou desmoralizado, abatido. Sempre tratado como um cachorro.

Hoje, pela manhã, encontramos ‘Pintado’ no pateo da quarta delegacia. Conhecido velho do conhecido ‘gato’ fomos ter com elle.

- Não pense que eu estou na ‘cana’. Eu quero que você fique sabendo que não roubo mais, estou regenerado e vou trabalhar.

(Elle disse ‘trabalhar’ com tanto entusiasmo que o repórter ficou quase assustado).

- **Sim! Vou trabalhar. O Dr. Milano, que, agora, é o meu segundo pae, prometeu arrumar um emprego pra mim. Pode ficar certo, eu estou regenerado. “Parei com a malandragem”.**

- ?

(...)

A essa hora o repórter estava fazendo uma força maluca para despistar os colegas que se encontravam na quarta delegacia. A regeneração de ‘Pintado’ era um facto sensacional... ([sic]; Estou regenerado”..., 1936; grifo nosso).

Por sua vez, em 22 de dezembro de 1936, o jornal *Correio do Povo* anunciava, com uma ampla fotografia da guarnição, uma homenagem prestada pelos funcionários da 4ª Delegacia a seu superior:

Não faz muito, o Dr. Plínio Brasil Milano assumiu o cargo de delegado do 4º Districto desta capital. Muito moço ainda, reunindo boas qualidades e emanando *sympathia*, elle conquistou a amizade de todos.

(...)

Sua dedicação causou-lhe um abalo na saúde e elle viajou para o interior do Estado para refazer as energias perdidas.

E na sua ausência os seus auxiliares, que têm no Dr. Plínio, não só um chefe, mas um amigo e um incentivo para as luctas diárias; resolveram externar sua gratidão, fazendo inaugurar na sala daquela repartição policial o seu retrato. (...) [*sic*]; Prestada uma..., 1936)

Um homem moço, simpático, e, apesar da pouca idade, um “segundo pai” para alguns criminosos de idade aproximada à sua. Qualificativos, aparentemente, que mais se amoldariam à imagem de um político, e não de um policial – ou, talvez, de um “político policial”. Neste contexto, somos levados a crer que a carreira de Plínio, ao contrário do que será pontuado nos esforços institucionais posteriores à sua morte, para conformação da memória a seu respeito, não necessariamente estaria endereçada às atividades corporativas, ou mesmo ao desenvolvimento de seu braço político. De fato, considerando suas amplas redes de contato e as pontes que estabelecia com representantes do Estado Novo e com a imprensa, é plausível que suas ambições talvez se dirigissem a cargos para além do ambiente policial.

De todo modo, parece claro que o seu trabalho fora imediatamente reconhecido, criando uma imagem que o permitiria ascender dentro do setor da segurança pública. Porém, ao mesmo tempo, as fontes das quais dispomos, confirmando que “pouco conhecemos sobre o policiamento no pós-1930” (Bretas e Rosemberg, 2013, p. 172) pelos seus silêncios, nos impedem de tomar conhecimento das eventuais ações de Plínio em atividades de espionagem, de monitoramento de grupos de trabalhadores etc. Estes dados seriam de grande importância, considerando que em 1938, repita-se, Plínio chefiava a DOPS, instância que havia sido reinserida, conforme Decreto Estadual nº 7.601/1938, em um amplo projeto de reestruturação da polícia, a partir de sua congênere paulista (Silva, 2018, p. 38). Aliás, devem ser novamente ressaltados os negócios da família Alcaraz na região do 4º

Distrito e a violência da repressão de 1935, a qual teria contribuído para o declínio do movimento sindical independente na região (Konrad, 2012, p. 323). Essas circunstâncias vêm em reforço à hipótese da existência de forte proximidade entre empresariado e Estado para a vigilância de atividades consideradas “subversivas”, com forte mobilização dos aparatos policiais.

Assim, por ora, basta-nos conjecturar a respeito dos projetos de vida e dos campos de possibilidades do delegado, tarefas suficientemente difíceis para um historiador frente a tantas áreas de sombra. Os dados disponíveis, ainda assim, auxiliam-nos a compreender um pouco das tensões sociais que marcaram o período, e que, conseqüentemente, ampliaram a ação policial e aprofundaram sua institucionalização. Apontam, ainda, para o constante diálogo estabelecido entre polícias e setores de imprensa, em uma conversa capaz de pavimentar trajetórias e sustentar narrativas e memórias duradouras.

O patrono que faltava à instituição: uma memória a modelar

Verificamos que a Polícia nasceu predestinada para a obscuridade e para a incompreensão dos homens. Malograram os esforços de várias gerações no sentido de lhe assegurar a posição social compatível com a sua importância e com os seus constantes sacrifícios na manutenção da ordem pública, na defesa da propriedade privada, etc. (Giuliano, 1957).

A epígrafe deste tópico foi extraída de um livro de 1957, de autoria do Delegado João Giuliano, um dos responsáveis pelas reformas introduzidas em 1938 com o objetivo de promover a “estruturação de uma polícia científica no Rio Grande do Sul” (Silva, 2018, p. 38). Relembrado em artigo do Comissário de Polícia Edi Paulo Dalbosco sobre a “passagem do dia 21 de abril, destinado às polícias do Brasil” (Dalbosco, 2002, p. 16), sua fala repercute, em linhas gerais, uma crítica até hoje reiterada por parte daqueles envolvidos na atividade policial, no sentido de que seu serviço seria incompreendido por aqueles não iniciados em seus saberes (Bretas e Rosemberg, 2013, p. 164). Fala, ainda, de um desejo em obter uma posição social mais favorável aos profissionais da corporação, organizando a atividade policial e superando estigmas que a lançariam à “obscuridade”.

Este processo, que Pierre Bourdieu nomearia como *instituição*, diz respeito à incorporação, ao longo do tempo, de uma série de elementos simbólicos que levam à ascensão ou ao descrédito de determinados grupos sociais, e à conformação de *habitus* (Bourdieu, 1989, p. 100). Aplicada aos campos profissionais, a *instituição*, ou *institucionalização*, cuida-se do gradual acúmulo de capital simbólico que assegura certo grau de respeitabilidade a indivíduos e/ou organizações, autonomizando sua *expertise* e tornando suas atividades cada vez mais legitimadas frente a outros grupos e ao próprio Estado (Almeida, 2014, p. 84).

Para tanto, não só a profissionalização das atividades policiais, mas também o enquadramento da “memória social” a respeito das origens da polícia gaúcha serviria à obtenção de uma posição socialmente mais favorável. Tratava-se, assim, de constituir narrativas positivas mediante qualificativos que valorizassem meu *métier* frente a outros campos profissionais. Tarefa espinhosa, consideradas as inúmeras áreas cinzentas nas quais se viam enredados os policiais,¹³ em processos que Kant de Lima apontaria como de constante negociação de “de sua ética com o sistema judicial, as autoridades do Poder Executivo, a imprensa, os profissionais da área legal, a opinião pública, as pessoas envolvidas em quaisquer ocorrências e o ambiente social local” (De Lima, 1995, p. 75).

Neste sentido, a indicação de Plínio Brasil Milano ao patronato, em 1983, parece vir em reforço, justamente, a tais projetos de institucionalização. Atendia, ademais, necessidades da época, associadas aos últimos anos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), que impunham um reposicionamento das forças de segurança frente à sociedade, possibilitando um outro olhar sobre as práticas investigativas.

Não é demais recordar que outros órgãos de segurança, tais como o Exército e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, já possuíam seus respectivos patronos há certo tempo.¹⁴ Tais figuras, pinçadas de momentos pretensamente fundantes das respectivas instituições, auxiliam na atribuição de historicidade a suas práticas e a seus quadros, e constituem imaginários a seu respeito. Assim é que, por exemplo, somos tomados por

¹³ Cabe ressaltar que outras classes profissionais também se encontravam em tal processo. Mesmo a magistratura, nos anos de 1930 e 1940, era extremamente dependente do Poder Executivo, sendo a nomeação de juízes em grande medida condicionada aos interesses do governo do Estado. Também os cartórios judiciais, aliás, encontravam-se submetidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, a denotar a longa trajetória de autonomização do campo jurídico.

¹⁴ O Cel. Massot alcançou esta honraria, oficialmente, por intermédio do Decreto Estadual nº 4.221/1953, antes mesmo, portanto, do Duque de Caxias, que foi assim oficialmente reconhecido em 1962 por meio do Decreto Federal nº 51.429/1962.

referências acerca do senso estratégico de Luiz Alves de Lima e Silva nos charcos paraguaios e da coragem do Coronel Affonso Emílio Massot em seus embates durante a Revolução Federalista de 1893. As narrativas em torno de tais personagens vão, desse modo, sendo gradativamente reificadas e enquadradas em processos que envolvem recalques, memórias e exclusões; isto é, são submetidas a verdadeiro “trabalho de organização da memória” (Pollak, 1992, p. 204), definindo o que lembrar e o que esquecer.¹⁵

Não por acaso, o próprio projeto de lei que deu origem à honraria, já em seu início, mencionava os diversos patronos das forças militares e de segurança pública, e apontava que tal figura ainda faltaria à Polícia Civil. Uma carência que a norma proposta visaria corrigir ao destacar a figura de Plínio à frente da DOPS, o qual, conforme frisava a o deputado proponente da norma, teria atuado “sobremaneira no combate à então quinta coluna e na desarticulação do nazismo e do fascismo” ao mesmo tempo em que promovia diversas mudanças técnicas na instituição. Na tramitação do projeto houve também consulta à União Gaúcha dos Policiais Cívicos (UGAPOCI), organização cujo conselho teria se manifestado de acordo com a proposta de forma unânime. Todas as comissões ouvidas, ainda, acolheram a proposição, sendo a proposta convertida em lei sem qualquer dificuldade (PLE/RS N° 13/1983).

A escolha de Plínio Brasil Milano, portanto, e a constituição de rituais e homenagens a seu respeito, deu-se aparentemente na busca pelo reposicionamento “da civil” junto à sociedade, em homologia a outras forças de segurança. Tratava, ainda, de ressaltar um personagem que aparentemente gozaria de uma boa imagem e cujos feitos aparentemente estariam acima de qualquer suspeita. A opção por este jovem delegado, porém, que não chegou a ser alçado chefe da instituição, de todo modo, parece ter sido cuidadosamente consolidada ao longo dos anos. Afinal, essa escolha auxiliaria no estabelecimento de uma memória em torno de um grupo social desejoso de institucionalização, estabelecendo “uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”, a qual produz uma “imagem de si, para si e para os outros” (Pollak, 1992, p. 204). Ao delimitar

¹⁵ Este quadro é, aliás, particularmente conhecido quanto à “entronização” de Caxias, na medida em que o General Osório, seu companheiro na Guerra do Paraguai, gozava de amplo prestígio entre os setores médios do Exército. Porém, a imagem mais “popular” deste último teria sido fator determinante para que as celebrações oficiais se voltassem à figura mais “austera” do Marechal, principalmente a partir dos movimentos tenentistas. Em outras palavras, “o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20”. Fonte: CASTRO, 2000, p. 103-117.

os atributos desejáveis para seus membros, associados à técnica e ao profissionalismo, esse processo de constituição da memória institucional visa a legitimar a atividade dos agentes policiais em um período de intensas transformações sociais, além de estabelecer um corte com outras forças de segurança.

Sua indicação, é importante pontuar, ocorre na década de 1980, em um período de rearranjo político. É intuitivo, portanto, que as estruturas policiais procurassem distanciar sua imagem da face repressiva das décadas anteriores, buscando elementos que permitissem sua legitimação e indicassem um porvir mais positivo. As ações do Delegado Plínio Brasil Milano são, dessa forma, “amarradas” à história da própria corporação como uma espécie de mito de origem e passam a justificar todo um esforço para preservação de sua imagem. Nesse escopo inserem-se, por exemplo, atos de rememoração e homenagens em que a “legenda áurea” do “activo delegado do quarto districto” (Reassumiu..., 1936) é reiterada, mesmo que, para isso, seja necessário aparar alguns possíveis “desvios” de trajetória ou ocultar alguns temas potencialmente espinhosos.

Sobre tais vieses, é interessante destacar uma pequena obra, produzida pela Academia de Polícia do Rio Grande do Sul, em 2020. Nessa, somos apresentados à história da corporação e da ACADEPOL nos seguintes termos:

No início da década de trinta o êxodo rural, a rápida industrialização e a conseqüente urbanização desordenada das principais cidades brasileiras, com a grande desigualdade social resultante colocou o debate acerca da Segurança Pública em evidência. Criminólogos, agentes de segurança e políticos passaram a debater a melhor forma de prevenir e combater o crime. Esse debate nunca foi consensual. **Consenso havia apenas sobre a necessidade de realizar a chamada modernização das polícias. Aplicar métodos científicos para elucidar os crimes, tais como a utilização da perícia científica e outros meios tornaram-se prioridades para os governantes.**

Possivelmente a Polícia Civil do Rio Grande do Sul tenha concretizado a vanguarda desse anseio. Ao longo do ano de 1937 a turbulência política voltou ao cenário nacional. O Plano Cohen justificou um golpe de Estado que permitiu a Getúlio Vargas manter-se no poder, implantando mais uma ditadura no Brasil.

Em meio a esse turbilhão político e social, o Delegado de Polícia Plínio Brasil Milano e outros líderes da alta cúpula da Segurança Pública do Rio Grande do Sul conseguiram realizar algumas reformas importantes na estrutura policial vigente na época. Havia anseios por mais qualificação e investimentos nos quadros da polícia. O combate e a prevenção aos crimes deveriam ser realizados por meio científicos e padronizados e a Escola de Polícia era a materialização desses anseios (Polícia Civil, 2020, p. 4; grifo nosso).

Percebe-se a tentativa dos autores em vincular Plínio a padrões de modernidade e profissionalismo, fomentando um elemento técnico que faltaria à atividade policial. O que o trecho não destaca, porém, é o contexto político para tais inovações, e o sentido de sua aplicação; afinal, essas acabariam não só sendo utilizadas para o combate à criminalidade “das ruas”, como para a consolidação dos aparatos repressivos do Estado Novo. Portanto, pelo que sugere o excerto acima, as tão necessárias reformas da estrutura policial teriam sido realizadas apesar do “turbilhão político e social” de 1937, como se não estivessem contextualizadas com as preocupações da época e dos objetivos do regime que era então instaurado.

A “técnica” transparece, pois, como uma ferramenta aparentemente desprovida de sentido ideológico, e os seus promotores, como Plínio, como que desvinculados das disputas políticas da época. No entanto, como identificamos na seção anterior, o delegado circulava com considerável desenvoltura pelas redes que conformariam os aparelhos de segurança do Rio Grande do Sul na década de 1940. O reconhecimento à sua figura tomaria proporções maiores do que a atribuída, por exemplo, a Poty Medeiros, chefe de polícia no período em que Milano esteve à frente da 4º Distrito e um dos outros responsáveis pela institucionalização das instâncias de segurança do Estado no mesmo período.¹⁶ Para isso, aliás, talvez também tenha contribuído o fato de ter vivenciado curta carreira e não ter aderido, oficialmente, a qualquer partido. Estas circunstâncias reforçariam justamente o seu lado “técnico”, constituindo uma narrativa que o alheasse dos debates entre esquerda e direita nos anos 1980. Uma espécie de figura de consenso, portanto, algo incogitável com relação a Poty Medeiros, homem com passagem pela União Democrática Nacional (UDN) (*Orientação...*, 1950, p. 1) e pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), a qual integraria de forma proeminente, inclusive como delegado junto à Convenção Nacional do partido que indicaria Costa e Silva como presidente, em 1966 (*Arena Gaúcha...*, 1966, p. 6).

Outros aspectos que potencialmente contribuía para a sua escolha como patrono giravam em torno de seu aparente apelo popular e das histórias que poderiam ser mobilizadas para fomentar adesão às atividades investigativas. A ênfase dada pelos jornais

¹⁶ Poty Medeiros, advogado, “foi nomeado Chefe de Polícia em 16 de março de 1935, pelo então Governador Flores da Cunha, e exonerado em 20 de outubro de 1937, porque como homem da confiança deste, foi exonerado da chefatura com a derrubada de Flores da Cunha” [sic]. Durante a sua liderança, foi editado o Decreto nº 6.880/1937, que instituiu um novo organograma visando à profissionalização das práticas policiais, inclusive mediante a instalação de delegacias especializadas, como a DOPS (Karnikowski, 2010, p. 226).

da década de 1930 às ações do delegado, bem como o material produzido na década de 1940, em particular o periódico *Vida Policial*, permitiriam futuramente a conformação de narrativas positivas a seu respeito, e, conseqüentemente, acerca da própria corporação. Considerando o contexto político e social dos anos 1980, Plínio despontava como um personagem adequado para projetar uma nova face da polícia, socialmente mais próxima das demandas do cotidiano e defensora de princípios democráticos.

É com esse viés que se expressava, por exemplo, o comissário Edi Paulo Dalbosco, em coluna de opinião do jornal *O Pioneiro*, de Caxias de Sul, fundado em 1948 e publicado até a atualidade:

Em cada policial a sociedade deve ver não um elemento temível, mas um cidadão equilibrado, investido na espinhosa e nobre função de garantir integridade moral, física e patrimonial de cada um. (...) A polícia deve escapar da influência política. “A política nada tem a ver com a polícia, que existe para proteger todas as pessoas honestas, pertençam a este ou àquele partido político, e para colaborar com a Justiça, na observação das leis” (policólogo suíço Rudolph Archibald Reiss)” (Dalbosco, 2002, p. 16).

É assim que, em inúmeras intervenções no espaço público, na mídia e na própria organização expositiva do Museu da Polícia Civil, dá-se destaque, por exemplo, à atuação de Plínio em meio às enchentes que assolavam o 4º Distrito. Essa atuação, que apontaria para uma vertente social da entidade, teria servido à implementação de um sistema de defesa civil.¹⁷ Da mesma forma, chama-se a atenção para, a um só tempo, a cordialidade e a firmeza de Plínio no trato aos detidos e às situações que chegavam à sua delegacia. Finalmente, outro ponto comumente destacado é a vigilância estabelecida por parte das repartições policiais sobre grupos nazistas, o que demonstraria o compromisso da instituição com práticas democráticas.

Sabemos, no entanto, que a Defesa Civil somente foi assim constituída oficialmente pelo Decreto Estadual nº 20.357/1970. Outrossim, não se pode afirmar que os agentes subordinados a Plínio tenham sempre agido com cordialidade. Além disso, o tema da luta contra linhas políticas totalitárias, abordado na revista *Vida Policial* em colunas como *Cortando as Asas do Nazismo* e *Os Astros da Quinta Coluna*, somente teria passado a ser

¹⁷ Recomendo que os leitores percorram as páginas da Polícia Civil (<https://www.pc.rs.gov.br>), mais precisamente o campo intitulado “Institucional”. Lá poderão encontrar esta e outras referências constituídas em torno da instituição e de seu patrono.

objeto de comunicação mais ostensiva a partir de 1942 – quando a revista então passou a contar com colunas fixas para divulgação dos esforços para desmantelamento de células nazistas no Rio Grande do Sul. Aliás, Tiago Weizemann, ao comentar tais matérias, afirma que a revista, até o referido marco temporal, demonstraria certa “tolerância” com os países que viriam a integrar o Eixo:

Ao se acompanhar a evolução editorial da revista, chega-se à constatação que este instrumento jornalístico-policial acompanhou os passos da vida política do Estado Novo. Não se encontram, antes de 1942, agressões claras e transparentes a nenhum país totalitário, além de nenhuma medida repressiva aos nazistas no Brasil, como se faria nos anos posteriores (Weizemann, 2008, p. 123).

Ainda segundo Weizemann, até 1942,

(...) o periódico destinou sua atenção a perigos e inimigos sociais e políticos, típicos de um primeiro momento do Estado, como ideologias de esquerda – anarquismo e comunismo –, instruindo policiais e população a apontar situações que comprometessem a integridade da nação, seja no reconhecimento de indivíduos que cometessem delitos pouco graves, como furtos e arrombamentos, ou na identificação de sujeitos que representavam perigos sociais mais complexos, neste caso os comunistas. Esta primeira caracterização ainda é complementada por traços que demonstram certa simpatia à polícia alemã, reproduzindo em seus exemplares algumas análises sobre a organização da Gestapo (Weizemann, 2008, p. 122).

Realmente, a edição de outubro de 1940 traz uma longa análise sobre a presença feminina na Gestapo – porém, ao fazê-la, vale-se do adjetivo “temível” e ressalta que seus agentes seriam mobilizados para realização das “ambições do Terceiro Reich” (O edifício,... , 1940, p. 13-14). Outra matéria, de agosto de 1941, expõe, a partir de uma obra publicada na Argentina, o que seria o organograma mundial da referida agência de espionagem; embora o autor não esconda certa admiração pela eficiência do órgão, destaca que este estaria a serviço do regime nacional-socialista, cuja “sombra” seria projetada em várias partes do mundo (Nos bastidores..., 1941, p. 4-6).

Assim, entendo que as conclusões de Weizemann possuem espaço para matizações. A presença de análises sobre a organização da GESTAPO não conduz necessariamente à existência de simpatia, manifestada de forma institucional, por parte da polícia ou dos redatores do *Vida Policial*, ao fascismo ou ao modelo policial alemão – o que não afasta a

possibilidade de que, individualmente, houvesse indivíduos com tais predileções. Pelo contrário, ainda que com matérias mais esparsas até 1942, o corpo editorial da revista, composto por diversos policiais, parecia até mesmo demonstrar certa inclinação pelo modelo policial que vinha sendo implementado pelo FBI. Exemplificativamente, observa-se a existência de extensa reportagem na edição de janeiro de 1939 sobre a atuação de grupos nazistas no Rio Grande do Sul, apesar de proibidas suas atividades. Essa contava, ainda, com fotografias de eventos patrocinados por tais grupos, acompanhados de uma sugestiva ilustração de uma aranha tecendo uma grande teia (O nazismo..., 1939a, p. 22), como que a demonstrar as ramificações globais do projeto hitlerista. Outra edição, lançada em novembro de 1939, trazia tradução de discurso proferido por J. Edgar Hoover, no qual criticava “formas despóticas de governo” que impediriam “o desenvolvimento do caráter e iniciativas individuais, até o ponto de fazer soçobrar todas as instituições liberais” (HOOVER, 1939b, p. 48). A edição de julho de 1940, por sua vez, trouxe uma ampla fotografia de Plínio, com um texto elogioso ao seu fundador, seguida de uma matéria sobre o serviço secreto britânico e da tradução de outro discurso proferido por Hoover sobre a necessidade de se aplicar métodos científicos às investigações policiais (Vida Policial, 1940, p. 20-22).

Ou seja, ainda que até o ingresso do Brasil na guerra não se verifique constância na edição de matérias explicitamente contrárias ou condenatórias à Alemanha, e mesmo que o mensário, ao longo da sua existência, tenha dado destaque à suposta ameaça representada por grupos de esquerda,¹⁸ não se pode dizer que este tenha seguido linha editorial favorável às pretensões germânicas. Como denotam as diversas referências ao FBI e o uso de recursos retóricos negativos (como a associação do Reich a uma “sombra” ou a uma “aranha”), ao menos no plano da divulgação para o público externo, o periódico aparentemente criticava o uso ideológico das forças de segurança em prol dos projetos expansionistas dos países do Eixo. Além disso, como uma espécie de contraponto, a revista também procurava reforçar aspectos técnicos da atividade policial, justificando a sua aplicação como instrumentos capazes de propiciar a defesa da sociedade.

De todo modo, cumpre lembrar que as alterações havidas nas instâncias policiais por todo o Brasil na década de 1930 tinham o exato sentido de fortalecer os mecanismos de

¹⁸ Como em edição de fevereiro de 1941, na qual é reproduzida a carta enviada por Raul Machado, membro do Tribunal de Segurança Nacional, ao escritor José Getúlio Monteiro Filho, em que discorre sobre a introdução do “credo moscovita” nas letras e nas artes do Brasil (Machado, 1941, p. 7).

controle social a partir de projetos bastante autoritários. Desse modo, retomar, em um veículo de comunicação da polícia, um discurso de Hoover em que este discorre sobre o risco às democracias liberais soa, no mínimo, bastante curioso.

A título de argumentação, cabe ponderar que esse procedimento, talvez, decorra da observância pelos editores do mensário à tênue linha diplomática que Vargas procurou percorrer nas relações exteriores do país. Afinal de contas, justamente entre os anos de 1939 e 1941, “em meio à crescente tensão mundial”, a diplomacia brasileira teria se esforçado em “manter e aparentar estrita neutralidade” (Koifman, 2020, p. 296). Nesse sentido, cabe também lembrar que a revista funcionava como uma espécie de instância paraestatal, comunicando os feitos da instituição à sociedade. E isso, muito possivelmente, demandava uma linha editorial mais ou menos inclinada aos interesses do grupo político na qual estava inserida. Assim, é possível crer que as opiniões do veículo de imprensa fundado por Plínio tenham passado a se tornar mais enfáticas na condenação ao nazismo na medida em que o regime político vigente também passava a fazê-lo. Isto é, conforme os ventos políticos mudassem de direção e Vargas se inclinasse aos esforços de guerra pelo lado americano, também o periódico permitia-se ser mais contundente na crítica. E a imagem dos próprios policiais, claro, igualmente associáveis a tais esforços contra as forças centro-europeias.

É certo que os processos de enquadramento da memória levados a cabo pelas instituições policiais tenderam a focalizar detalhes que beneficiassem a figura do delegado, desviando o olhar de seu conjunto mais amplo, naturalmente complexo e, por que não, potencialmente errático. Além disso, como já referido, não se pode afirmar peremptoriamente que não houvesse, nas fileiras policiais, agentes cujas inclinações políticas favorecessem o lado germânico. Tal situação, porém, pelo menos no que diz respeito ao periódico, não era exposta aos leitores, reforçando ao público externo a imagem de indivisibilidade da polícia do Rio Grande do Sul e de seu papel na luta contra as forças antidemocráticas. Quadro esse, é inegável, que contribuía para a construção de conceitos favoráveis em torno do fundador da revista e, por tabela, da própria Polícia Civil.

É assim, portanto, que um jovem profissional, com marcante atuação em um período reconhecidamente autoritário, passa a quase de imediato sintetizar um projeto de polícia “moderno”, porém conservador, cuja construção se inicia em meados da década de 1930. Construção essa que, tão presente, virá a ser reaproveitada décadas depois, quando da

nomeação de Plínio a patrono da instituição em um cenário politicamente diverso – mas no qual ainda se observa a demanda por maior reconhecimento “pelos serviços prestados” e pela ressignificação do sentido das atividades policiais em um novo período de matiz democrática. Um processo que aparentemente constitui uma narrativa portadora de valores e reinvenções típicas das necessidades dos anos 1980, e que, tal como nas tensões identificadas por Gilberto Velho entre “projeto e campos de possibilidades” para trajetórias individuais, demarca novos imaginários e futuros possíveis para a instituição.

Considerações finais

Trançar trajetórias e memórias em uma narrativa coesa implica lidar com aquilo que a pesquisadora Sabina Loriga, ao tratar do potencial das biografias para a compreensão do passado, denominaria de “vertigem da história” (2011). Diante de tantos fatos e conjecturas, somos levados, por vezes, a duvidar da própria possibilidade de concatenar relações entre um e outro dado. A sensação, de algum modo, assemelha-se às primeiras visitas a um arquivo recém descoberto; diante de milhares de documentos, buscamos algum fio que nos permita dar inteligibilidade ao “fluxo caótico e imprevisível da vida” (Loriga, 2011, p. 78).

Este artigo, partindo de um conjunto documental disperso e lacunar, teve como principal proposta analisar os primeiros anos da curta carreira policial de Plínio Brasil Milano. Buscou, ainda, identificar quais elementos teriam sido mobilizados para a construção de todo um conjunto de referenciais e celebrações a seu respeito. Para tanto, desconfiado “diante daqueles que pretendem compreender o passado enfileirando os fatos como pérolas de um colar” (Loriga, 2011, p. 66), procurei destacar os limites de uma análise retilínea. O reconhecimento profissional do delegado do 4º Distrito não poderia ser compreendido para além do contexto das suas relações pessoais e das vicissitudes de seu tempo histórico. Pelo contrário, eram justamente essas condicionantes que permitiriam a Plínio obter o destaque que viria a ter frente a outros profissionais.

Por sua vez, a memória constituída a seu respeito, por parte das autoridades policiais da década de 1980, igualmente, não poderia deixar de se atentar para os dados disponíveis a seu respeito. Afinal, os próprios jornais contemporâneos ao delegado faziam questão de ressaltar suas qualidades: homem público, ativo, bom profissional, de perfil técnico. Porém, para que a figura obtivesse coerência aos olhos do público, era necessário poli-la, dissociá-la de alguns contextos potencialmente negativos – e tudo isso embora saibamos que a vida é

feita de incoerências. Um trabalho de “emolduração”, portanto, fez-se necessário para pinçar um conjunto de fontes históricas que lhe eram relativamente favoráveis e que tratariam de luzi-lo ainda mais.

Embora uma não se confunda necessariamente com a outra, trajetória e memória, no caso do nosso personagem, parecem imbricadas. Sob a mediação de veículos de imprensa, do mensário *Vida Policial* e de esforços institucionais mais recentes, fomos levados a conhecer uma imagem fragmentada, porém complexa, de uma figura importante para a construção das forças de segurança do Rio Grande do Sul. Estes fios também constituíram, ainda que de modo indiciário, um pouco da realidade da atuação policial em um período política e socialmente desafiadores. Apontaram, também, para os possíveis usos do passado e suas reinterpretações no presente, remodelando o sentido dessas mesmas forças policiais que eram reinventadas na década de 1930. Tomam-se histórias de uma polícia moldada em um ambiente ditatorial para reinseri-la em um contexto que demanda a observância às regras do jogo democrático.

Constitui-se, com isso, uma “história possível” sobre o patrono da Polícia Civil gaúcha. Assim como as investigações policiais, ela foi elaborada sobre vestígios que apontam para as potencialidades do estudo de trajetórias e biografias para a compreensão da consolidação da polícia enquanto instituição. Nesse sentido, pode-se destacar, por exemplo, a necessidade de aprofundamento no que diz respeito à atuação policial nos anos 1930 e 1940 em Porto Alegre; uma maior compreensão sobre os limites e alcances das ideologias em voga durante o Estado Novo sobre o cotidiano investigativo, e um estudo mais amplo sobre as redes pessoais e institucionais constituídas para a construção dos aparatos de segurança no Rio Grande do Sul. Aceita-se, desse modo, a potencialidade da vertigem provocada pela história, vendo-a não como “uma deficiência a evitar, mas uma possibilidade positiva de conhecimento” (Loriga, 2011, p. 226), a justificar, tal qual um *sherlock*, de Arthur Conan Doyle, um continuado esforço de investigação.

Fontes

Periódicos

A PRISÃO de um anarquista. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 20, set 1938.

ARENA Gaúcha indica Costa e Silva. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, p. 6, 4 mai 1966.

CAMPANHA meritória é a que realiza o Delegado do 4º Distrito. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 out 1936.

COLLAÇÃO de grau dos bacharéis de Direito. *A Federação*, Porto Alegre, p. 4, 2 jul 1932.

“ESTOU REGENERADO! Não roubo mais” – declara “Pintado I”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 22 out 1936.

HOOVER, John Edgar. Conservai vossos ideais. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 48, nov 1939.

INDESEJÁVEIS: a polícia do 4º Distrito efetuou a detenção de mais cinco gatunos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 jun 1936.

MACHADO, Raul. A insídia comunista nas letras e nas artes do Brasil. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 7, fev 1941.

NAZISMO no Rio Grande do Sul. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 22, jan 1939.

NOS BASTIDORES da Gestapo. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 2, ago 1941.

O EDIFÍCIO n° 8 da Prinz Albrecht Strasse. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 13, out 1940.

O PLANTÃO de ontem à fechatura. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, 30 ago 1936.

ORIENTAÇÃO da Liga Eleitoral Católica. *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, p. 1, 20 set 1950.

PORTO ALEGRE, eterna vítima das enchentes. *Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 23 set 1937.

PRESTADA uma homenagem ao Dr. Plínio Brasil Milano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 dez 1936.

PROFISSIONAIS lotados pela Mesa de Rendas. *A Federação*, Porto Alegre, p. 3, 6 jun 1935.

REASSUMIU o Dr. Plínio Brasil Milano. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 8 dez 1936.

VIDA Policial. *Vida Policial*, Porto Alegre, p. 3, ago 1938.

Leis e Projetos de Lei

Rio Grande do Sul, 1983. Projeto de Lei Estadual n° 13/1983 – RS.

Referências

ALMEIDA, Frederico de. As elites da Justiça: instituições, profissões e poder na política da justiça brasileira, *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: v. 22, n. 52, dez./2014, p. 77-95.

AXT, Gunter. Estudos de caso comparados sobre primeiros concursos para ingresso nas carreiras da Justiça e do Ministério Público no Brasil, entre a Primeira República e os anos 1950. *Revista de Estudos Institucionais*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 1, p. 87-116, abr./2024.

BENEVENUTO, Estela Carvalho. A revista Vida Policial no Rio Grande do Sul (1938-1946). GALEANO, Diego; BRETAS, Marcos Luiz (Orgs.) *Policías Escritores, Delitos Impresos: Revistas policiales en América del Sur*. La Plata: 2016, p. 453-476.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. *Topoi*. Rio de Janeiro: v.14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.
CALDAS, Breno. *Meio Século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal*. Entrevista concedida a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Editora L&PM, 1987.

CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: Repressão e Estado Policial na Era Vargas*. 1991, 468 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280673/1/Cancelli_Elizabeth_D.pdf. Acesso em: 8 jun. 2019.

DALBOSCO, Edi Paulo. O que temos a comemorar?. *O Pioneiro*. Caxias do Sul, n. 8221, 19 abr. 2002, p. 16.

DELEGADA Nadine Anflor, Chefe da Polícia do RS, recebe Medalha Águas do Abaúna do Poder Legislativo. Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas, 10 out 2022. Disponível em:
<https://www.getuliovargas.rs.leg.br/institucional/noticias/delegada-nadine-farias-anflor-chefe-da-policia-do-rs-recebe-medalha-aguas-do-abauna-do-poder-legislativo>. Último acesso: 12 nov 2024.

DE LIMA, Kant. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. O DEOPS/SP na Era Vargas: Crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. *Aurora*. Marília: v. 7, p. 124-139, n. 7, jan./2011.

FORTES, Alexandre. “*Nós do Quarto Distrito...*” A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. 2001, 602 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001. Disponível em:
<https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/76864/nos-do-quarto-distrito-a-classe-trabalhadora-porto-ale/>. Último acesso: 3 abr. 2022.

KOIFMAN, Fábio. O governo Vargas e a política externa brasileira (1930-1945). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do*

nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (Segunda República - 1930-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 275-314.

GIULIANO, João. *Esboço histórico da organização da polícia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.

KONRAD, Diorge Alceno. Greve geral, luta de classes e repressão no Rio Grande do Sul de 1935. *Revista Latino-Americana de História*. São Leopoldo: v.1, n.3, p. 311-324, mar./2012.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. O “pai dos pobres” também foi ditador: Getúlio Vargas e a violenta repressão de 1930 a 1945. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio e DE ABREU, Luciano Aronne (Orgs.). *A Era Vargas: 1930-1945 (Volume I)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p. 243-272.

POLÍCIA CIVIL. *Livro de lembranças da ACADEPOL*. Porto Alegre: 2020. Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 1 abr. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROSE, R.S. *O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Müller, o temido Chefe de Polícia da Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça: os significados da cor em contextos de criminalidade na cidade de Porto Alegre (1935-1941)*. 2018, 255 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/225989>. Último acesso: 3 abr. 2022.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 3ª. ed., 2013 (Edição Digital).

WEIZEMANN, Tiago. *Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)*. Tese (Doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: 2008.